

Como fazer depois de 2020? A Política Nacional de Educação Museal em um contexto pós pandêmico

How to do after 2020?

The National Museal Education Policy in a post-pandemic context

Luciana Conrado Martins*

Fernanda Castro**

Adriana Mortara Almeida***

Palavras chave:
Educação Museal
Políticas Públicas
Participatividade

Resumo: Apresentaremos neste artigo o atual estágio de desenvolvimento e aplicação da Política Nacional de Educação Museal, construída no Brasil entre os anos de 2010 e 2017 e cuja implementação encontra-se em curso. Teremos como referência o recente período da Pandemia Internacional de Covid-19, sobre o qual apresentaremos informações e análises acerca da organização e atuação de educadores museais. Neste contexto, serão apresentados comentários e reflexões sobre a conformação da Educação Museal no Brasil, como um campo profissional, teórico e político. Destacamos a trajetória de construção participativa da Política Nacional de Educação Museal, seus desafios e possibilidades de desenvolvimento no atual contexto pandêmico e apresentamos um chamado à construção coletiva, latino-americana e africana, de uma mobilização conceitual, metodológica, teórico-prática da Educação Museal.

Keywords:
Museum Education
Public Policies
Participativeness

Abstract: In this article we present the current stage of development and application of the National Museum Education Policy, developed in Brazil between the years 2010 and 2017, and which implementation is underway. We have as reference the recent period of the international Pandemic of Covid-19, about which we present information and analysis on the organization and performance of museum educators. In this context, comments and reflections on the formation of Museum Education in Brazil, as a professional, theoretical and political field, is briefly presented. We shortly highlight the trajectory of the participatory construction of the National Museum Education Policy, its challenges and development possibilities in the current pandemic context and present a call to collective construction, in Latin America and Africa, of a conceptual, methodological and theoretical-practical mobilization on Museum Education.

Recebido em 8 de dezembro de 2020. Aprovado em 14 de abril de 2021.

* Historiadora, especialista em Museologia, mestre e doutora em Educação. Consultora em educação na empresa Percebe, professora colaboradora do Programa de pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI, coordenadora de pesquisa do projeto Tainacan (UnB). E-mail: lucianamartins@percebeeduca.com.br.

** Historiadora, mestre e doutora em Educação, educadora museal no Museu Histórico Nacional/Ibram, professora colaboradora do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História/UNIRIO e integrante do Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do Brasil. E-mail: fernandasantanacastro@gmail.com.

*** Historiadora, mestre em Ciências da Comunicação e doutora em Ciência da Informação e Documentação e professora adjunta da Escola de Ciência da Informação da UFMG. E-mail: amortara@ufmg.br.

Introdução

Pensar em políticas e práticas de Educação Museal no Brasil, na atualidade, pressupõe falar da Política Nacional de Educação Museal (Pnem) e seus desdobramentos. Essa política pública foi oficializada por meio da Portaria nº 422 de 30 de novembro de 2017, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) - autarquia federal voltada ao setor museal no país. A Pnem tem-se constituído como referência nacional e internacional, pelo seu ineditismo, pela relevância de seu conteúdo e pela sua trajetória de elaboração e implementação, que ocorre não sem conflitos e múltiplos desafios.

A Pnem tornou-se possível em continuidade de outras políticas públicas implementadas anteriormente, especialmente a Política Nacional de Museus (PNM) e a constituição do Ibram. A PNM foi construída a partir de amplo debate de profissionais da área e teve sua primeira versão publicada em 2003. Nos princípios e eixos da PNM há vários pontos relacionados à educação museal, seja pelas orientações voltadas à democratização dos acervos, como à formação em educação (BRASIL, 2003). Um dos desdobramentos da PNM foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dando maior destaque e autonomia à área museológica na instituição (BRASIL, 2007, p.29). O DEMU deu prosseguimento à construção de diferentes ações para o fortalecimento do campo dos museus que têm como destaques a criação do Estatuto dos Museus (BRASIL, 2009a) e do Ibram em 2009 (BRASIL, 2009b).

O contexto de estruturação e aplicação da Pnem tem sido modificado e intensificado na conjuntura internacional da Pandemia de Covid-19, com a identificação de novos problemas e exacerbação e recrudescimento de antigos desafios. Neste sentido, os educadores museais brasileiros têm-se organizado para a realização de ações e elaboração de documentos, recomendações e estruturação de demandas, em torno do debate da sua profissionalização.

A seguir apresentaremos um breve histórico da constituição da Pnem, no âmbito da consolidação de uma tradição de fazer política pública no setor,

marcada pela participatividade e construção coletiva. Apresentaremos as possibilidades e os desafios da aplicabilidade dessa política pública no contexto da Pandemia de Covid-19, no Brasil, e proposições acerca do debate e criação de uma teoria da Educação Museal característica dos países da América Latina e do eixo Sul.

Esperamos com isso, refletir sobre as recentes formas de organização e produção das políticas públicas de Educação Museal. Queremos provocar colegas e parceiros, com semelhantes condições e trajetórias, a pensar conjuntamente as bases, as demandas e as potencialidades da Educação Museal, no contexto de uma libertação colonial e emancipação humana ainda em curso na América Latina e África. Esse texto é um convite à ação!

A construção da Pnem e os desafios de um mundo pandêmico

Podemos afirmar que as primeiras reflexões e demandas sobre a necessidade de constituição de políticas públicas de Educação Museal, no Brasil, datam do início do século XX. Educadores, cientistas e conservadores de museus, que se dedicaram à produção intelectual sobre o tema, destacaram, desde pelo menos a década de 1920, que a Educação Museal deveria ser integrada aos processos de instrução pública e de formação geral da sociedade, incluindo-se ações conjuntas com escolas e públicos espontâneos e específicos dos museus, tais como crianças, trabalhadores, mulheres e pessoas com deficiência.

Autores como Bertha Lutz (2008), Francisco Venâncio Filho (1939), José Valladares (1946), Edgar Sussekind de Mendonça (1946), Florisvaldo dos Santos Trigueiros (1956, 1958), Guy de Hollanda (1958), Regina Real (1958, 1969), trabalharam em prol da identificação, sugestão e desenvolvimento de demandas e propostas de políticas públicas para as instituições em que atuaram e para o contexto nacional. Seus escritos contêm desafios até hoje não superados, porém identificados e com sugestões e propostas de implementação em curso, a partir da atual Política Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2017, 2017a), cuja trajetória detalhada tem sido narrada em diversos trabalhos da área

(BRAGA, 2017; CASTRO, 2019; DE PAULA et. al., 2018; MARTINS e JÚNIOR, 2018; NASCIMENTO, 2016).

A Pnem foi elaborada em um processo participativo, realizado entre 2010 e 2017, com liderança do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), por meio da promoção do I Encontro de Educadores do Ibram (2010), de consulta pública realizada no Fórum Virtual da Pnem (2021-2013), de 23 Encontros Regionais (2013) - ocorridos em 15 unidades da federação em todo território nacional - e dois Encontros Nacionais (2014 e 2017).

Após a oficialização da política por meio da Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017 (IBRAM, 2017a), foi publicado também o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, que apresenta textos sobre a história da Educação Museal no Brasil, sobre o processo de construção participativa da Pnem, sobre práticas educativas de referência e sugestões para criação de Redes de Educadores em Museus. O Caderno conta também com 13 verbetes com termos e conceitos que embasaram a elaboração dos cinco princípios e 19 diretrizes (divididas nos Eixos: I - Gestão; II - Profissionais, formação e pesquisa e III - Museus e sociedade) que a Pnem contém.

As Redes de Educadores em Museus (REM) são importantes sujeitos dessa história e parte fundamental desse processo, seja pela sua atuação na divulgação e participação ativa nos fóruns de debate e elaboração da Pnem, seja pela pressão política realizada junto ao Ibram, com constante cobrança e apresentação de demandas de participação no processo coletivo de sua construção. As REM são organizações informais, que reúnem educadores museais em diversos estados e municípios da federação, promovendo ações de formação, debate e trocas de experiências, que culminam em uma atuação profissional e política no campo, reconhecida pelo poder público e pelos seus pares.

Tanto a atuação das REM, quanto a participação de agentes públicos e da sociedade civil, culminaram em uma política que, desde sua criação, tem uma relevante inserção prática nas instituições e processos museais. Em termos práticos, a Pnem realizou importantes levantamentos acerca das condições de trabalho e relação dos educadores com os diversos públicos e demais profissionais dos

museus, orientando a realização de ações relevantes, sejam as de responsabilidade do poder público, das instituições, ou dos próprios educadores, expressados em seus princípios:

1 Estabelecer a Educação Museal como função dos museus reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, comunicação e pesquisa.

2 A Educação Museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

3 Garantir que cada instituição possua setor de Educação Museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.

4 Cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente o Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, em consonância ao Plano Museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas.

5 Assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores (IBRAM, 2017, p. 4).

Entre as necessidades do campo, presentes nos princípios da Pnem estão: o reconhecimento da função educativa dos museus; uma proposição conceitual-metodológica que apresenta atribuições profissionais; a criação de setores educativos nas instituições; a elaboração de uma Política Educacional, como um documento pedagógico orientador das ações educativas, e o embasamento dessas ações no conceito de Patrimônio Integral e no desenvolvimento social, em cada instituição.

Entre as diretrizes da política, divididas em três eixos temáticos, sobressaem-se orientações sobre: a garantia da presença das ações educativas no planejamento de orçamento e dos educadores em esferas decisórias das instituições; o reconhecimento

da pesquisa como atribuição dos profissionais da Educação Museal e como fundamento das ações educativas; o desafio da formação profissional, do levantamento e difusão do conhecimento produzido no campo; a realização de ações participativas, que envolvam públicos diversos e comunidades e que tenham como objetivo a formação integral, a emancipação humana e a transformação social.

O maior e principal desafio da Pnem, em especial no contexto da Pandemia Internacional de Covid-19 que se instaurou a partir de 2020, sobre o qual ainda não se têm perspectivas de conclusão, são a sua implementação e aplicabilidade efetiva. A Pnem apresenta importantes sínteses e relevantes sugestões para a atuação no âmbito da Educação Museal, porém colocá-las em prática depende de esforços do poder público, das instituições, dos profissionais de Educação Museal e da sociedade civil.

Nesse sentido, alguns aspectos da Pnem se colocam como fundamentais para sua implementação nas instituições museais nacionais. O primeiro deles diz respeito à própria prática educacional e como realizá-la. A Pnem parte do princípio de que a função educativa deve ser "reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores" dos museus. Em termos práticos, a Pnem advoga que a educação deve estar vinculada aos objetivos institucionais, norteando programas e ações a partir de um planejamento global da instituição museal. Do planejamento educacional específico, além do programa, parte também a política educacional, como um documento pedagógico orientador não só dos conceitos como das ações educativas.

Frente ao fechamento dos museus por conta da pandemia de Covid-19 essa necessidade de planejamento integrado das ações do museu se tornou ainda mais premente, já que se coloca como necessidade considerar o papel da educação na construção da presença digital do museu na Internet. Vale ressaltar que a construção dessa presença digital é muito mais complexa do que simplesmente postar conteúdos nas redes sociais e envolve a habilidade institucional em "[...] usar, administrar, criar e entender o digital, de uma maneira contextual (adaptada para sua configuração e necessidade únicas), holística (envolvendo visão,

liderança, processo, cultura e pessoas) e com propósito (sempre alinhada com a missão institucional)" (VERWAYEN, 2020). Nessa nova forma de atuação institucional, qual o papel da Educação Museal? Que ações educacionais podem ser desenvolvidas no ambiente digital? Como essas ações podem estar alinhadas com a missão institucional? E mais importante, qual o papel dos educadores na concepção e desenvolvimento dessas ações?

Pensar a formação dos educadores museais para a atuação profissional é também um dos aspectos abordados pela Pnem e que, frente ao contexto pandêmico, se torna ainda mais importante. Ressaltando a importância da promoção do "profissional de Educação Museal, incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo" (IBRAM, 2017), a Pnem aponta a necessidade da formação inicial e continuada para a prática profissional da Educação Museal. Quando o tema é a formação para atuação educacional no meio digital vem à tona os conceitos de letramento, literacia ou alfabetização digital, entendidos como, a habilidade de usar as ferramentas digitais, cumprir tarefas usando essas ferramentas e também entender a prática digital de uma maneira consciente e crítica em contextos institucionais ampliados (FINNIS; KENNEDY, 2020). Percebe-se que a apropriação das ferramentas tecnológicas ainda é incipiente no campo da Educação Museal, sofrendo resistência na sua apropriação e uso pelos educadores. Fato é que a pandemia e o fechamento dos museus evidenciaram a necessidade dos educadores atuarem a partir do uso das ferramentas digitais no ambiente da Internet e, mais do que isso, se empoderarem no uso dessas ferramentas e nas suas especificidades para uma atuação contemporânea (MARTINS, MARTINS, 2020).

Os autores Martins e Martins (2020, p. 27) ao se debruçarem sobre essa questão, apontam a importância da formação digital dos educadores museais e seu impacto no cumprimento da própria missão social dessas instituições.

Com o crescimento do uso das TI pelos museus, e sua importância cada vez maior no contato e fruição dos públicos é fundamental que os educadores museais se apropriem desse

conhecimento, recontextualizando sua própria prática pedagógica a partir das novas possibilidades apontadas pela cultura digital. Não se trata de trocar o presencial pelo digital, mas de reconhecer que estamos frente a uma transformação profunda da sociedade e, conseqüentemente das instituições nas quais trabalhamos. Reconhecer esse desafio institucional e profissional implica na aquisição de novos conhecimentos, competências e habilidades necessárias para lidar com a cultura digital.

Os desafios que se colocam para a formação dos profissionais da educação museal para os anos vindouros, passa sem dúvida pelo digital e coloca um desafio às instituições em prover as condições para o desenvolvimento dessa formação, bem como para que esse novo modo de atuar possa acontecer de forma bem estruturada e com os recursos e ferramentas necessários a sua realização. O texto da Pnem, nesse sentido, ressalta não só a já apontada necessidade formativa, como a importância da apropriação da cultura digital pelos educadores museais, em consonância com as ações presenciais já desenvolvidas. Entende-se que essa perspectiva de atuação reverbera diretamente na própria constituição da missão social do museu e na definição do seu papel educacional. Nos tópicos a seguir vamos abordar os desafios e as tarefas que se impõe para a educação museal no contexto atual e suas conseqüências para a aplicabilidade da Pnem.

O contexto atual: desafios e tarefas

A Pandemia de Covid-19 agravou a situação já precária das relações de trabalho de educadores museais. Com o fechamento dos museus aos públicos, os educadores passaram a trabalhar em suas casas, com infraestrutura e equipamentos próprios. Tiveram que aprender, de um dia para outro, como realizar atividades educativas digitais/remotas. Sua capacidade de trabalho passou a depender da qualidade de seu computador (se já possuísse um), da velocidade de sua rede doméstica, dos seus conhecimentos prévios, necessários para a concepção e realização das ações educativas digitais, e das informações sobre os acervos do museu estarem em formato compatível com o ambiente digital.

Assim como todas as pessoas que tiveram que trabalhar em suas casas, também enfrentaram as dificuldades advindas das relações familiares, do espaço doméstico, entre outras. Educadores que já atuavam no desenvolvimento de ações digitais e suas respectivas instituições, que já estavam aparelhadas para tal, possivelmente tiveram menos obstáculos do que os outros.

Agregam-se a estas dificuldades de cunho individual, aquelas relacionadas às instituições e seus recursos: muitos museus não dispõem/dispunham de sites, perfis em redes sociais, contas em plataformas digitais, acervos digitalizados disponíveis online, profissionais da área de acessibilidade, design ou comunicação social.

Outro aspecto fundamental, diz respeito à estabilidade dos empregos. Com exceção dos servidores públicos, que tiveram seu trabalho mantido, educadores de instituições privadas, celetistas, com contratos temporários, estagiários e terceirizados foram demitidos, tiveram seus contratos de trabalho suspensos ou suas cargas horárias de trabalho reduzidas. Muitas instituições, num primeiro momento, deram férias a inúmeros profissionais. Houve uma desestruturação dos quadros profissionais e sua reorganização levou semanas ou meses, ou não aconteceu, dependendo da instituição.

Muitas perguntas e poucas respostas: o que devemos fazer? Por quanto tempo ficaremos trabalhando em casa? Como ter acesso aos materiais que deixamos no museu? Quais os melhores canais de comunicação com nossos visitantes? Como promover o acesso aos conteúdos e acervos dos museus sem as visitas presenciais? Quais os melhores formatos de atividades no ambiente da Internet? Quais os softwares necessários para o desenvolvimento dessas atividades?

Em termos de políticas públicas e das perspectivas para o futuro ficaram ainda as questões: como a experiência da Pandemia de Covid-19 vai alterar de forma permanente as relações de trabalho? Como será feito o equilíbrio entre ações presenciais e ações digitais/remotas num futuro pós Pandemia?

A seção brasileira do Conselho Internacional de Museus (ICOM), realizou uma pesquisa com trabalhadores e públicos de museus no contexto da

Pandemia de Covid-19, em 2020. De acordo com o ICOM Brasil, (2020, p.2):

A ideia foi realizar uma pesquisa que, além de retratar os impactos da pandemia para o setor, também apontasse caminhos e tendências possíveis para o futuro. Para tanto, a investigação foi dividida em dois ciclos, cada um focado nas percepções e sugestões de dois grupos centrais para o futuro dos museus durante e pós-pandemia: os profissionais (Ciclo 1) e os públicos (Ciclo 2).

Entre as principais dificuldades apontadas para o desenvolvimento e análise dos resultados da pesquisa está a ausência de parâmetros de comparação de resultados, devido à falta de dados e informação produzidos anteriormente ao período da Pandemia de Covid-19 por meio de políticas públicas - conforme relatado pela presidente do ICOM Brasil, Renata Motta, em mesa realizada online para apresentar os resultados da referida pesquisa, durante do 11º Encontro Paulista de Museus, organizado pelo Sistema de Museus de São Paulo (Sisem-SP), em 24 de novembro de 2020¹.

Entre os "Pontos de atenção sobre os impactos e as condições de trabalho dos profissionais durante a pandemia", apresentados nos resultados da pesquisa do ICOM, na análise das condições emocionais e dos impactos da pandemia nos profissionais que indica as áreas e os perfis mais afetados, "A maior parte dos que se identificam com "emocionalmente fragilizados" está no Educativo (31%), um dos setores que mais tem sido atingido pela crise nos museus em todo o mundo" (ICOM BRASIL, 2020, p.6).

Os problemas advindos de falta ou precariedade nas políticas públicas museais não param por aí. No caso da Educação Museal, a própria Pnem aponta para algumas necessidades, como a questão da formação de profissionais, como relatado anteriormente, bastante sentida no contexto pandêmico.

Ainda de acordo com a pesquisa do ICOM Brasil (ICOM BRASIL, 2020, p.6),

Para exercerem suas atividades e atenderem às novas necessidades de suas instituições, os profissionais precisam de conhecimentos específicos. Neste quesito, 87,8% dos participantes

da pesquisa consideram ter formação e/ou conhecimentos específicos para desenvolver as atividades requeridas pela administração e gestão neste momento. Por outro lado, aproximadamente 20% dos profissionais do setor Educativo consideram não ter formação e/ou conhecimentos específicos para desenvolver as atividades a eles designadas.

A formação para o desenvolvimento das novas ações educativas por meios digitais não foi oferecida pelas instituições. Com apoio de colegas da própria instituição e de outras instituições, por troca em redes, como nas REM, os educadores foram familiarizando-se com técnicas e formatos relevantes para realizar ações educativas digitais. Esse processo se assemelha ao que ocorre na formação dos educadores museais há décadas: por inexistência de cursos de formação, educadores aprendem na prática e por meio de formações de curta duração (cursos de extensão promovidos por museus e instituições de educação), leituras, orientação de colegas e desenvolvimento de pesquisas.

A realização de reuniões e webinários promovidos pelo CECA-BR, CECA-LAC e REM Brasil trouxeram um alento aos educadores museais: além de perceber que não estavam sozinhos vivenciando esses desafios, puderam trocar ideias, conhecimentos e abrir caminhos para fazer o seu trabalho nas circunstâncias geradas pela Pandemia de Covid-19. Ações práticas resolvendo problemas da prática. É claro que essas ações estão baseadas em pesquisas, pressupostos teóricos e experiências anteriores, entretanto nem sempre são sistematizados por meio de artigos e outras produções acadêmicas ou profissionais que são fundamentais para consolidação da área de Educação Museal.

Essa característica de formação por meio da prática e desenvolvimento de pesquisas de acordo com as necessidades dificulta a sistematização e consolidação da produção científica na área. Pesquisas são realizadas nos museus, nas universidades, em institutos científicos, em entidades da sociedade civil, promovendo grande diversidade de ideias, mas dificultando o crescimento da área de Educação Museal, em função de sua dispersão. A ausência de um periódico específico que congregue o pensamento dos autores nacionais da

área, também dificulta a sistematização de um conhecimento específico para o campo.

Cada vez que precisamos pesquisar um tema, um assunto relacionado à Educação Museal no Brasil, precisamos percorrer inúmeros periódicos, bases de dissertações e teses, livros e anais de congressos de diferentes áreas, entre outros. Algumas iniciativas procuraram diminuir esse problema, como o levantamento bibliográfico feito pelo CECA-Brasil desde os anos 1990² e uma recente iniciativa anunciada pelo Ibram, durante a Pandemia. Em reunião online realizada no dia 30 de setembro de 2020, foi apresentada a ideia inicial de disponibilização da plataforma Museologia Digital, que pretende reunir uma diversidade de conteúdos sobre museologia e museus, que vai desde publicações e pesquisas acadêmicas até um banco de imagens e mídias de diferentes tipos. Também o site da Pnem e a plataforma Saber Museu se dedicam a reunir algumas referências e possibilidades de formação online e estarão integrados à nova plataforma.

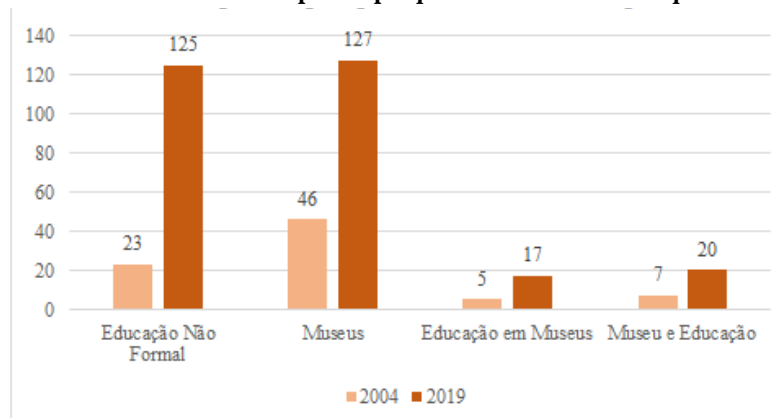
Outra contribuição para a sistematização da divulgação do pensamento de educadores museais foi a publicação no primeiro número da Revista MUSAS do “Dossiê CECA Brasil” divulgando os textos coletivos elaborados por membros brasileiros do CECA, a bibliografia sobre Educação em Museus e o artigo de Maria Margaret Lopes feito para o 1º Boletim do CECA-Brasil (IPHAN, 2004, p.9-84). Em 2010, os 13 textos coletivos até então elaborados pelos membros do CECA-BR foram publicados em

livro sobre as produções relacionadas ao ICOM Brasil (BRUNO, 2010, p.119-234).

Alguns periódicos já dedicaram números para a temática da Educação Museal, como Ensino em Re-vista (2013), Museologia & Interdisciplinaridade (2014), Educar em Revista (2015), ETD - Educação Temática Digital (2018), Revista Docência e Cibercultura - Dossiê Educação Museal (2019), entre outros. Existem também plataformas colaborativas internacionais como a “EducaMuseu” (<https://www.educamuseu.com/>) que traz referências de diferentes países e em diversos formatos e mídias e que inclui produções brasileiras. Iniciativas com redes internacionais tendem a ser mais produtivas e perenes, especialmente quando trabalham com os idiomas da América Latina, facilitando o acesso e entendimento pelos educadores museais brasileiros.

Ainda no bojo da formação e pesquisa, têm-se avolumado, em especial nas duas primeiras décadas do século XXI, a criação de grupos de pesquisa, em universidades e museus do Brasil, que tratam da temática específica da Educação Museal e temas afins. Em artigo publicado em 2019, intitulado “O lugar da pesquisa na Educação Museal: desafios, panorama e perspectivas”, Ozias Soares e Carla Gruzman apresentam um panorama do desenvolvimento de pesquisas em Educação Museal no Brasil. Como podemos observar no Gráfico 1, os autores identificaram um crescimento significativo na criação de grupos de pesquisa entre, 2004 e 2019:

Gráfico 1 – Grupos de pesquisas - Diretório CNPq.



Fonte: GRUZMAN; SOARES, 2019, p. 124.

Os autores apontam, porém, para a pulverização desses grupos de pesquisa, que integram o Diretório do CNPq, estando “distribuídos em diversas áreas do conhecimento (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes, e Outras não especificadas na base)” (GRUZMAN e SOARES, 2019, p. 125), assim como sendo vinculados a diversas instituições públicas e privadas, como universidades, museus, institutos de pesquisas, colégios e autarquias diversas. Neste sentido, a constituição de políticas públicas no setor museal que concentrem as informações e a produção de conhecimento específicas da área ainda permanece entre os desafios a serem superados para uma melhor sistematização do campo.

A criação de uma teoria da Educação Museal latino americana/ eixo sul.

Acreditamos que muitos dos desafios e demandas aqui apresentados são comuns às realidades de profissionais, instituições e poderes públicos de diversos países da América Latina e África. Se for possível afirmar que a Pandemia de Covid-19 teve algum aspecto positivo, este seria a possibilidade aberta de uma troca internacional mais fluida e sistemática, entre semelhantes, no nosso caso específico, profissionais de Educação Museal de países cuja trajetória museológica e social se assemelham pela história colonial e luta por emancipação.

Muitas ações internacionais vêm sendo desenvolvidas, com destaque para aquelas realizadas pelo Comitê de Educação e Ação Cultural do ICOM (CECA) e sua organização regional para América Latina e Caribe (CECA-LAC), como a formação de grupos de estudos e trocas e de eventos online, como cursos, webinários e reuniões. Destaca-se a criação de grupos de estudos temáticos³, pelo CECA/ICOM, que têm reunido profissionais de diversas instituições de diferentes países, com o intuito de realizar trocas de experiências e eventos formativos, que já estão gerando como frutos

parcerias e oportunidades de formação e elaboração coletiva.

Do mesmo modo, o CECA-LAC tem promovido encontros e eventos online, com a participação de profissionais de toda a América Latina e Caribe, como a série de webinários Áreas Educativas (in) excluídas em seus museus - Reflexões desde a América Latina, que reuniu educadores para conversas sobre temas pertinentes ao contexto da Pandemia de Covid-19, quando as restrições sociais e profissionais estavam apenas em seu início.



Figura 1 – Cartão de divulgação online dos webinários promovidos pelo CECA-LAC, em maio e junho de 2020.

Fonte: CECA-LAC, 2020.

Nos diversos intercâmbios promovidos em 2020, foi possível identificar semelhanças nas condições de desenvolvimento da Educação Museal do eixo sul (América Latina-África), que permitem a provocação da existência de necessidade de se pensar uma teoria-prática comum entre *hermanos*.

Marcados por passados coloniais, pela devastação de políticas públicas neoliberais, mas também pelo alto índice de resistência e criação por parte da sociedade civil, as realidades Latino Americana e Africana apresentam múltiplas possibilidades de se pensarem suas potências e caminhos a seguir, para superação de problemas e criação de políticas públicas.

Como dito pelo professor do curso de museologia da UNIRIO, Bruno Brulon, em recente

evento online realizado pelo Museu Vivo do São Bento, a “Ciranda de Conversa - Museologia social, colonialidades e decolonialidades”⁴, realizada no dia 23 de novembro de 2020, no canal do Youtube dessa instituição, estamos em um momento de desenvolvimento teórico no Brasil e em países (ex) colonizados, em que produzimos experiências e proposições que são tomadas como referências nos países (ex) colonizadores.

Exemplos como os Pontos de Memória, no Brasil, ou de muitos museus comunitários pela América Latina e África, são a materialização de uma Nova Museologia que não vem de cima para baixo, de intelectuais para as instituições e seus agentes, mas ao contrário. Uma museologia com referência social, feita pela sociedade civil, pelo povo, para o povo e com o povo, assim como se começou a desenhar ainda no início do século XX, pelos intelectuais e agentes dos primórdios da museologia brasileira citados, que em suas análises e proposições já apresentavam ideias progressistas, algumas delas atuais até os dias de hoje.

Estamos num momento ímpar de possibilidade de troca e elaboração coletiva entre pares, em que podemos lançar mão de nossas experiências, políticas consolidadas ou em construção e da tradição de participatividade, para criar políticas públicas de referência comum para uma Educação Museal emancipadora, voltada para a formação integral e a transformação social.

Um exemplo dessa possibilidade de construção coletiva manifestou-se em uma publicação em série, feita pelo Museu Histórico Nacional (MHN)⁵, no Brasil, que conta com a participação de autores, profissionais da Educação Museal, de países como Chile, Argentina, México, Moçambique, entre outros. Os cinco volumes da série “Educação Museal: conceitos, história e políticas”⁶ já estão disponíveis online na Biblioteca Virtual do MHN e contam com textos reflexivos, que narram experiências e apresentam proposições teóricas para pensar uma ação educativa museal coerente com as realidades dos países representados.

Conclusão

A Pnem é um marco fundamental de ação de política pública para a Educação Museal. Sua construção e documentos produzidos no seu processo contribuem para a formação de educadores em termos teóricos e práticos. Grupos de pesquisas que tratam da Educação Museal se multiplicam, assim como publicações de dossiês, artigos e outros materiais sobre Educação Museal no Brasil. Marcos teóricos estão dados, mas as práticas baseadas nesses marcos seguem em desenvolvimento e ainda não estão consolidadas.

Há muita dispersão, retrabalho e dificuldade de integrar todas as iniciativas existentes. Decorre daí a necessidade de políticas públicas e ações coletivas voltadas à transformação das práticas. Essas ações coletivas e de atuação social se tornam ainda mais prementes no ambiente político nacional atual, no qual as conquistas democráticas e de estruturação de políticas públicas se vêem constantemente ameaçadas. Esse é o caso da própria Pnem, que teve sua instância representativa e consultiva junto ao Ibram, impedida de ser implementada por meio do Decreto no. 9.759/2019 (BRASIL, 2019). Essa instância, que reuniria membros da sociedade civil, como educadores museais, professores dos diversos níveis e esferas de ensino, estudantes, profissionais e usuários de museus integrantes ou não das Redes de Educadores em Museus, para debater e construir ações conjuntas para acompanhamento da implementação da Pnem, nunca pode ser efetivada e continua sem previsão de implementação.

Se, por um lado, a pandemia possibilitou uma maior aliança e engajamento dos educadores museais, por outro vivemos um momento político no qual são muitas as ameaças que se impõem para a concretização de estruturas de representatividade e atuação política e social necessárias à implementação da Pnem.

Entre elas esteve colocada a própria existência dessa política, em muitos aspectos pioneira. O Decreto nº 10.139/2019 (BRASIL, 2019a) que dispõe sobre a revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto poderia ter levado à extinção da Pnem, o que foi evitado pela atuação técnica do Ibram nesta revisão. Porém, se se tem ameaçado o seu caráter normativo, seu lastro prático,

teórico e político tem-se demonstrado cada vez mais enraizado, seja na produção textual sobre Educação Museal, seja na atuação de profissionais e instituições.

Esse contexto, entretanto, não nos impede de notar que a Pandemia de Covid-19 oportunizou a comunicação rápida e mais frequente de profissionais que estavam dispersos e que desconheciam os trabalhos desenvolvidos por colegas de outros municípios e estados do Brasil e também de outros países. A publicação de textos, debates, palestras em meios digitais se intensificou e ampliou a capacidade de troca entre os educadores museais. Essa nova realidade promoveu a ação em redes de modo ainda mais intenso e facilitou a organização da área.

No cenário pós-Pandemia haverá o desafio de conciliar práticas presenciais e remotas/digitais, mas certamente os educadores museais estarão mais preparados e interligados para enfrentar esse novo tempo. Entretanto, a profissionalização permanece como uma batalha a ser enfrentada, assim como a necessária ampliação da aplicação prática da Pnem, de sua avaliação e da construção coletiva de novas políticas públicas.

Fica como aprendizado que a construção coletiva de políticas públicas não depende somente de uma ação direcionada do poder público, mas da conjunção e articulação dos agentes do campo. Do mesmo modo, a Educação Museal mostra que sua constituição se dá na integração entre o desenvolvimento de um campo teórico, uma prática nele referenciada e a atuação política de seus profissionais.

Notas

1 Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=OJdtXqTzcYs>.

2 Essa bibliografia foi compartilhada e divulgada por muitos anos pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR) em seu website; sua última atualização foi em 2012 e, como se tornou muito defasada, deixou de ser publicada. Em 2002 foi publicada pela revista MUSAS (IPHAN, 2004).

3 Para saber mais sobre os grupos de estudos acessar: <http://ceca.mini.icom.museum/special-interests-groups/what-are-special-interests-groups/>.

4 Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=O_bIVBvDKoM.

5 Disponíveis em:

<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>.

6 Acesse no endereço:

<http://docvirt.com/docreader.net/MHN/75617>.

Referências

BRAGA, Jezulino. Desafios e perspectivas para educação museal. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 12, p. 54-67. Jul./Dez. 2017, Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16332>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.906**, de 20 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.759**, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 7 dez 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.139**, de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre a revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10139.htm. Acesso em: 7 dez 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania**. Brasília: MinC, 2003. Disponível em:
https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus**. Brasília: MinC, 2007. Disponível em:
https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRUNO, Maria Cristina O. (org). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, v.1. Disponível em:
<https://www.sisemsp.org.br/publicacoes-do-sisem-sp/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, mai-ago, p. 90-114, 2019. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-do-c/article/view/40706>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DE PAULA, Dalva et al. A experiência de construção da Política Nacional de Educação Museal. **Revista MUSAS**, n. 8, p. 199-207, 2018. Disponível em:
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/30744/2/Ozias_A%20experiencia%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20politica%20nacional.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

EDUCAR EM REVISTA. Dossiê - Patrimônio, educação e museus: história, memória e sociedade. n. 58, Curitiba out./dez. 2015. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issueto

[c&pid=0104-406020150004&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issueto&pid=0104-406020150004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 25 nov. 2020.

ENSINO EM RE-VISTA. Dossiê: Educação em museus, n. 1, 30 jul. 2013. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/issue/view/1016>. Acesso em 25 nov. 2020.

ETD - EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL. **Educação em museus: didática, currículo e mediação em contextos patrimoniais**. v. 20 n. 3, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1539>. Acesso em 25 nov. 2020.

FINNIS, Jane; KENNEDY, Anra. The digital transformation agenda and GLAMs - Culture24 findings and outcomes. **Europeana Pro**, 2020. Disponível em:
<https://pro.europeana.eu/post/the-digital-transformation-agenda-and-glams-culture24-findings-and-outcomes%20%E2%80%8B>. Acesso em: 3 dez. 2020.

GRUZMAN, Carla e SOARES, Ozias. O lugar da pesquisa na Educação Museal: desafios, panoramas e perspectivas. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 2, mai-ago, p. 115-139, 2019.

HOLLANDA, Guy de. **Recursos educativos dos museus brasileiros**. Rio de Janeiro: CBPE, 1958.

IBRAM. **Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: Ibram, 2017. Disponível em:
<https://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Museal.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

IBRAM. **Portaria nº 422 de 30 de novembro de 2017**. Brasília: Ibram, 2017a. Disponível em:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/in>

dex.jsp?data=13/12/2017&jornal=515&pagina=5&totalArquivos=192. Acesso em: 24 nov. 2020.

ICOM BRASIL. **Dados para navegar em meio às incertezas resultados da pesquisa com profissionais e públicos de museus. Sumário Executivo.** 2020. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2020/11/20201120_Tomara_ICOM_SumarioExecutivo_FINAL.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

IPHAN. **Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia.** Rio de Janeiro: IPHAN / Departamento de Museus e Centros Culturais, v. 1, n.1, 2004.

LUTZ, Bertha. **A função educativa dos museus.** Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

MARTINS, Luciana Conrado; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Redes e ativismo em políticas públicas: a construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). **Revista de Políticas Públicas**, UFMA, v. 22, n. 1, p. 307-330, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9233/5503>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MARTINS, Luciana Conrado; MARTINS, Dalton Lopes. O desafio da formação de educadores museais e a cultura digital: perspectivas profissionais no século XXI. *In*: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andréa. **Educação museal: conceitos, história e políticas.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020. [no prelo].

MENDONÇA, Edgard Sússekind. **A extensão cultural nos museus.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE. **Museologia e Educação.** v. 3 n. 6, 2014.

NASCIMENTO, Mona Ribeiro. **Mediação em museus de ciências: reflexões sobre possibilidades da Educação Museal.** 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

REAL, Regina Monteiro. **Binômio: museu e educação.** Rio de Janeiro, 1969.

REAL, Regina Monteiro. **O Museu ideal.** Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1958.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos S. **Museu e educação.** Rio de Janeiro: Irmão Pongetti, 1958.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos S. **Museus: sua importância na educação do povo.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

VALLADARES, José. **Museus para o povo. Um estudo sobre museus americanos.** Bahia: Publicações do Museu do Estado da Bahia - Secretaria de Educação e Saúde, 1946.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. A função educadora dos museus. **Revista Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, n. 6, maio-jun., 1939, p. 50-62.

VERWAYEN, Harry. Building Digital Capacity: sense-making findings and outcomes. **Europeana Pro**, 2020. Disponível em: <https://pro.europeana.eu/post/building-digital-capacity-sense-making-findings-and-outcomes>. Acesso em: 3 dez. 2020.